



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA nº. 24/2021  
Governador Valadares, 18 de fevereiro de 2021.

<b>Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA n. 24/2021</b>			
<b>Nº DOCUMENTO DO PARECER TÉCNICO VINCULADO AO SEI: 25667296</b>			
<b>PA COPAM/SLA Nº:</b> 460/2021		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b> Carlos José do Nascimento		<b>CNPJ:</b> 05.045.831/0001-01	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> Carlos José do Nascimento		<b>CNPJ:</b> 05.045.831/0001-01	
<b>ENDEREÇO:</b> Fazenda Barra dos Guaxes, s/nº		<b>BAIRRO:</b> -	
<b>MUNICÍPIO:</b> São Pedro do Suaçuí		<b>ZONA:</b> Rural	
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICAS:</b> Latitude 18°20'34"S e Longitude 42°39'00"W			
<b>RECURSO HÍDRICO:</b> Portaria de Outorga nº 1504468/2019 e Certidão de Uso Insignificante nº 242233/2021			
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> localização em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas.			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.	2	Produção bruta: 9.000 m³/ano
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Rodrigo Pimenta Giacomini		<b>REGISTRO:</b> CREA-MG 92834/D ART 20210006975	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Silvania Arreco Rocha - Gestora Ambiental		1469839-3	
De acordo: Vinicius Valadares Moura Diretor Regional de Regularização Ambiental		1365375-3	



Documento assinado eletronicamente por **Silvania Areco Rocha, Servidor(a) Público(a)**, em 18/02/2021, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Valadares Moura, Diretor(a)**, em 18/02/2021, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **25667296** e o código CRC **838A33ED**.

Referência: Processo nº 1370.01.0008746/2021-32

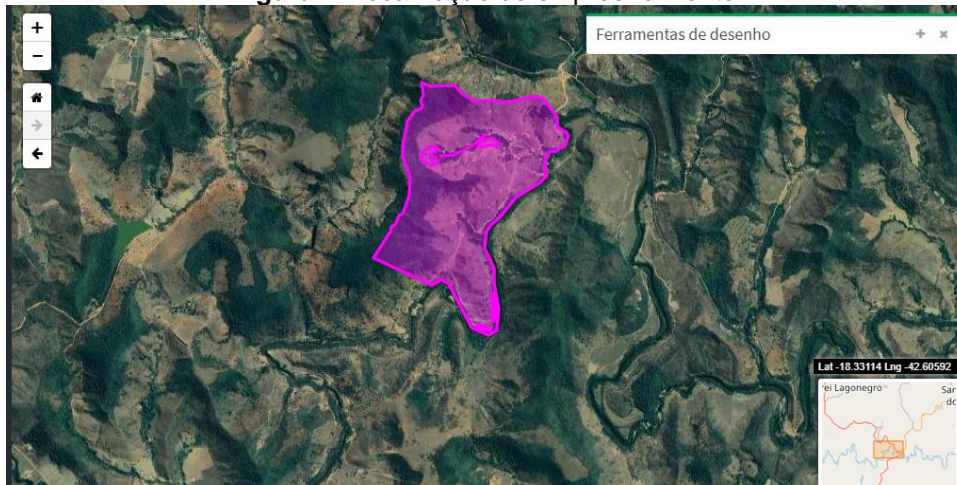
SEI nº 25667296



### Parecer Técnico de LAS/RAS nº 24/2021/SEMAD/SUPRAM LESTE DRRA/2021

O empreendedor CARLOS JOSÉ DO NASCIMENTO requer autorização para atuar no ramo da mineração, especificamente na extração de areia, exercendo suas atividades na Fazenda Barra dos Guaxes, s/nº, zona rural do município de São Pedro do Suaçuí – MG, cujas coordenadas geográficas são Latitude 18º20'34"S e Longitude 42º39'00"W (Figura 1). O empreendimento está inserido na poligonal do processo ANM/DNPM nº 833825/2007, que possui como titular do processo Carlos José do nascimento, para a substância areia (Fase de Licenciamento), área concedida de 32,84 ha.

**Figura 1.** Localização do empreendimento.



Fonte: Autos dos PA nº 460/2021 / IDE Sisema. Acesso em 12/02/2021.

Foi informado nos autos do processo, que o empreendedor já possuiu Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, vinculada ao Processo Administrativo nº 19510/2007/003/2011. Em consulta ao sítio do Siam, verificou-se que foi obtida a AAF nº 02821/2011, cuja atividade principal é “extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil” Cód. A-03-01-8, conforme DN COPAM nº 74/2004, com validade até 25/07/2015.

Acontece que, em meados de 2015, o areal teve suas atividades paralisadas. Segundo informado, o Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA venceu e não foi possível renová-lo em tempo hábil. Somente no final do ano 2020 foi obtido o DAIA junto ao IEF.

Assim, em 21/12/2020, foi formalizado na SUPRAM LM, via SLA, o Processo Administrativo de licenciamento ambiental simplificado nº 460/2021, por meio da entrega do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, além de outros documentos exigidos pelo Sistema.

A atividade objeto deste licenciamento é “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”, Cód. A-03-01-8, produção bruta de 9.000 m³/ano, conforme DN COPAM nº 217/2017. O parâmetro informado pelo empreendedor enquadra o empreendimento em Classe 2, com incidência de critério locacional de peso 01, tendo em vista a localização do empreendimento em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas (Figura 2). Foi apresentado estudo conforme Termo de Referência, verificando-se a viabilidade do empreendimento.



Figura 01: Localização do empreendimento na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (zona de transição).



Fonte: IDE-SISEMA / autos do PA 460/2021. Acesso em: 12/02/2021.

A propriedade onde se localiza o empreendimento está inserida no bioma Mata Atlântica. O imóvel possui remanescentes de vegetação nativa, caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual Sub Montana. Todavia predomina na área de influência do empreendimento atividade agrossilvipastoril e de mineração.

Por tratar-se de imóvel rural, o empreendedor apresentou o recibo de inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR. (MG-3164100-BDB0.A86F.9283.4680.9317.FE5A.F4F4.78AA).

O empreendimento possui Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA nº 42851-D para intervenção em Área de Preservação Permanente - APP sem supressão de vegetação nativa (0,5535 ha), válido até 15/12/2023; e Portaria de Outorga nº 1504468/2019, de 18/05/2019, para dragagem de curso de água para fins de extração mineral, válida por 5 anos. As coordenadas do ponto inicial são Lat. 18°20'31"S Long. 42°39'08"W e final Lat. 18°20'15"S Long. 42°38'58"W. Possui ainda, a Certidão de Registro de Uso Insignificante nº 242233/2021 para exploração de 1,000 m³/h de água subterrânea durante 10 h/dia, por meio de captação de água em surgência (nascente) no ponto de coordenadas 18°19'30"S Long. 42°38'42"W, para fins de consumo humano e dessedentação de animais.

A área diretamente afetada pelo empreendimento corresponde a área da propriedade, que é de 227,3383 ha, sendo a área impactada de 1,7848 ha, não havendo área construída. Foi informado que o empreendimento não possui sede administrativa, mas que utiliza parte das estruturas da sede da fazenda Barra dos Guaxes (banheiro, cozinha, escritório, local onde são realizados pequenos reparos) onde fica localizado o empreendimento.

O empreendimento contará com a colaboração de 04 funcionários, sendo 03 no setor de produção e 01 no setor administrativo, com regime de operação de 02 turnos de trabalho por dia, 04 h por turno, 05 dias por semana e 12 meses por ano.

O processo produtivo do empreendimento envolverá a lavra mecânica de areia, a céu aberto, pelo método de dragagem em leito de rio. Praticamente não haverá consumo de água, visto que será adotado o método de recirculação. A água proveniente do sistema de drenagem será direcionada para bacia de decantação e depois voltará ao rio através de tubulações.

Está prevista a utilização dos seguintes equipamentos para a operação do empreendimento: 01 (um) caminhão basculante, 01 (uma) pá carregadeira e 01 (uma) draga. Foi informado que o



empreendimento não possui oficina mecânica, nem posto ou unidade de abastecimento de combustíveis.

Como principais impactos negativos inerentes à atividade e devidamente mapeados nos estudos tem-se a geração de efluentes líquidos, resíduos sólidos, geração de ruídos, emissões atmosféricas e erosão. Haverá ainda, mudança no aspecto visual da paisagem, devido à deposição de pilhas de areia. O impacto será restrito a pontos específicos.

Os efluentes líquidos gerados são de origem sanitária, os quais serão tratados em sistema biodigestor, a ser instalado na área de apoio do empreendimento. A comprovação da instalação do biodigestor, bem como a manutenção do mesmo, figura como condicionantes do presente parecer.

Quanto aos resíduos sólidos, são gerados resíduos domésticos, provenientes da sede da propriedade, onde se localiza a residência do proprietário do empreendimento; e serão gerados resíduos provenientes da atividade, os quais constituem-se de bombonas plásticas (óleo de motor da draga) e peças metálicas (manutenção da draga/tubulações). Foi informado que os resíduos domésticos são encaminhados para o aterro municipal, todavia, o local não se encontra regularizado. Nesse caso, deverá ser comprovada a destinação adequada dos resíduos. Já os resíduos resultantes da atividade produtiva serão armazenados em local apropriado e depois recolhidos por empresa especializada e regularizada, que fará a destinação adequada dos mesmos, de acordo com as leis ambientais vigentes.

Em relação aos ruídos, será realizada manutenção preventiva nas máquinas e veículos, e os trabalhadores envolvidos no processo deverão utilizar Equipamento de Proteção Individual – EPI (protetores auriculares), principalmente, os operadores de máquinas.

As emissões atmosféricas caracterizam-se pela emissão de gases dos escapamentos das máquinas e pela geração de poeira, sendo considerados pouco significativos, haja vista o pequeno número de equipamentos. Todavia, será realizada manutenção preventiva nas máquinas e veículos e as caçambas dos caminhões serão cobertas com lona durante o transporte da areia.

Para evitar erosão e carreamento de partículas de solo para os cursos d'água, será instalado sistema de drenagem, que consistirá de canaletas impermeabilizadas e bacia de decantação. As canaletas serão construídas ao redor dos pátios de estocagem de areia, e lateralmente às estradas e vias de acesso. Adicionalmente, para proteção das margens do rio nos locais com solo exposto, tais como a área de passagem das tubulações e área de acesso à balsa, será realizado plantio de gramíneas.

Conforme informado, as áreas de APP do empreendimento encontram-se em estágio inicial a médio de regeneração natural, com o reflorestamento ocorrendo de forma natural e gradativa, uma vez que na área existem muitos propágulos de espécies da flora nativa que aceleram o processo de reflorestamento.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do estudo do critério locacional, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **“CARLOS JOSÉ DO NASCIMENTO”** para a atividade de “Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil”, no município de São Pedro do Suaçuí -MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no Anexo I deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “CARLOS JOSÉ DO NASCIMENTO”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, <u>semestralmente</u> com apresentação do <u>relatório anual todo mês de fevereiro</u> , demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando a implantação do sistema de tratamento de efluentes sanitários (biodigestor).	90 (noventa) dias.
03	Apresentar relatório técnico e fotográfico comprovando a instalação do sistema de drenagem no empreendimento conforme proposto no RAS.	90 (noventa) dias.
04	Apresentar, <u>anualmente, todo mês de fevereiro</u> , relatório técnico/fotográfico (fotos com datas) comprovando a manutenção e limpeza do sistema de drenagem pluvial, a fim de garantir a eficiência e objetivo do sistema.	Durante a vigência da licença
05	Realizar a manutenção do biodigestor sempre que necessário.	-
06	Cumprir as condicionantes contidas no DAIA nº 42851-D durante a vigência do mesmo.	-
07	Manter arquivado no empreendimento cópias impressas, na íntegra, dos relatórios de cumprimento das condicionantes, acompanhadas da respectiva ART, as quais deverão ficar disponíveis ao órgão ambiental durante a vigência da licença ambiental e pelo período de 05 (cinco) anos após o vencimento da mesma, podendo ser solicitadas a qualquer tempo, inclusive pelo agente de fiscalização ambiental.	-

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM LM, face ao desempenho apresentado;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM  
Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro

**PT LAS RAS**  
**24/2021**  
Data: 18/02/2021  
Pág. 5 de 7

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “CARLOS JOSÉ DO NASCIMENTO”

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída sistema biodigestor	Vazão, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) <sup>1</sup> , Demanda Química de Oxigênio (DQO) <sup>1</sup> , pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes), óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais.	SEMESTRALMENTE

<sup>(1)</sup> O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

**Relatórios:** Enviar, anualmente, todo mês de FEVEREIRO, à SUPRAM LM, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

#### 2. Resíduos Sólidos

##### 2. Resíduos Sólidos e Rejeitos

##### 2.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.

**Prazo:** Conforme disposto na DN COPAM nº 232/2019.

##### 2.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG





Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

**Prazo:** Conforme disposto na DN COPAM nº 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

- (\*) 1- Reutilização  
2 - Reciclagem  
3 - Aterro sanitário  
4 - Aterro industrial  
5 - Incineração  
6 - Co-processamento  
7 - Aplicação no solo  
8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)  
9 - Outras (especificar)

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN COPAM nº 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.